

Um quinto canal forte vai empobrecer os canais existentes

Num encontro realizado ontem com jornalistas pelo Omnicom Media Group, Luís Mergulhão, presidente do grupo, alertou para o perigo de poderem a vir ser tomadas decisões a breve prazo pelas entidades reguladoras que podem ter um grande impacto no sector.

Isto porque, defendeu esse responsável, apesar de se dizer que este sector representa investimentos de 4.500 milhões de euros em publicidade, esses valores são de tabela e na realidade não vão além dos 800 milhões de euros.

“É um perigo enorme tomar decisões com base em preços de tabela”, alertou Luís Mergulhão. Além do mais, numa altura que se discutem temas como o 5º canal e a TDT, há que ficar claro, segundo este profissional, que por exemplo o meio televisão não representa 71% do mercado (sendo este o valor com investimentos de tabela), mas sim cerca de 50%, com valores de investimento reais.

Este profissional deixou ainda outro esclarecimento: é que apenas 31% do consumo de cabo é de canais não generalistas, sendo os restantes 69% de canais generalistas difundidos através do cabo.

Luís Mergulhão, durante o encontro, alertou ainda para a questão da dependência que as televisões portuguesas ainda têm da publicidade, que representa cerca de 90% das receitas, ao passo que em canais internacionais, como a RTL, essa dependência está já em 61%. Segundo Mergulhão é urgente que as televisões portuguesas continuem a tentar encontrar novas fontes de receita.

“O 5º canal irá disputar o montante publicitário que neste momento está distribuído pelos outros quatro. Se o canal se posicionar com pretensões de disputar a liderança poderá ter um impacto muito negativo especialmente por estarmos num ano de crise”, disse o presidente do Omnicom Media Group. E explicou: “O operador que pretende ser pujante para a economia vai debilitar os media que estão já em situação complicada. 2010 é já amanhã e sabemos que a crise não vai desaparecer em dois anos”.

Na opinião deste responsável a vontade de espicaçar os canais existentes poderá ter o efeito perverso de debilitar a concorrência. Pode minguar a oferta e logo o pluralismo existente, o que não é positivo para as marcas já que os conteúdos produzidos tenderão a ser menos fortes e inovadores.

“Do ponto de vista das marcas precisamos que os actuais canais continuem fortes. Um quinto canal forte vai empobrecer os canais existentes, ou seja as marcas estariam a comunicar em canais mais pobres. E isso será pior para as marcas que querem é estar junto de conteúdos estimulantes”, rematou.

Telecinco interpõe recurso para exclusão da Zon

A Telecinco interpôs ontem recurso na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), relativamente à deliberação da comissão que acolheu a candidatura da Zon Multimédia ao quinto canal.

A candidatura da empresa que tem como três dos cinco sócios fundadores Ana Rangel, David Borges e Carlos Pinto Coelho voltou, assim, a solicitar o afastamento da candidatura da operadora considerando que a mesma "não obedeceu aos requisitos imperativos preconizados pelo regulamento".

De acordo com o recurso, a operadora não apresentou documento que mostre a "suficiência e a qualidade dos meios técnicos a afectar ao projecto", considerando a Telecinco que isso configura "fundamento suficiente de exclusão da concorrente", como se pode ler no comunicado disponibilizado no site da candidatura. Argumento, de resto, invocado aquando da entrega das candidaturas, e que não obteve recepção positiva por parte do organismo regulador.

Ainda de acordo com a informação da empresa, a candidatura da Zon "não comprovou nem enunciou sequer a impossibilidade de apresentar uma declaração da entidade reguladora relativa a cada um dos serviços de programas difundidos que porventura detivesse e que fossem detidos por demais entidades relevantes, nem apresentou (...) declaração própria sob compromisso de honra, nos termos da qual aferisse a observância das normas aplicáveis que regulam o acesso à actividade de televisão".

No recurso, a Telecinco argumenta igualmente que a Zon "não carrou para o seu processo de candidatura elementos probatórios que confirmem que a candidatura se encontra subscrita por quem detém poderes bastantes para vincular a única (projectada) accionista da concorrente". Concluindo, que a operadora "está, assim, de novo confrontada com a impossibilidade de corrigir ou alterar essas omissões", elementos que para a Telecinco deverão levar à exclusão da candidatura.

Contactada pelo M&P fonte oficial da Zon não quis comentar. De acordo com os termos do regulamento do concurso, a ERC tem 20 dias, após recepção das propostas, para se pronunciar sobre quais as candidaturas aprovadas, ou seja, até o próximo dia 19 de Fevereiro.

In M&P, Ana Marcela, 05.02.2009